

Implementação da Reforma do Ensino Médio em nível local: antecipação da lei nº 13.415 por meio do programa Escola Viva no Espírito Santo

Marcelo Lima – Débora de Freitas

Resumo

Analisamos a antecipação da Reforma do Ensino Médio no Espírito Santo na rede pública estadual, por meio do projeto “Escola Viva” viabilizado pelo projeto de lei complementar n. 04/2015, que deu origem ao Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único. Essa política integra movimento de reposta dos governos neoliberais à crise mais ampla do capital na sua vertente de desequilíbrio fiscal, cujas soluções incorporam formas de privatização da escola pública.

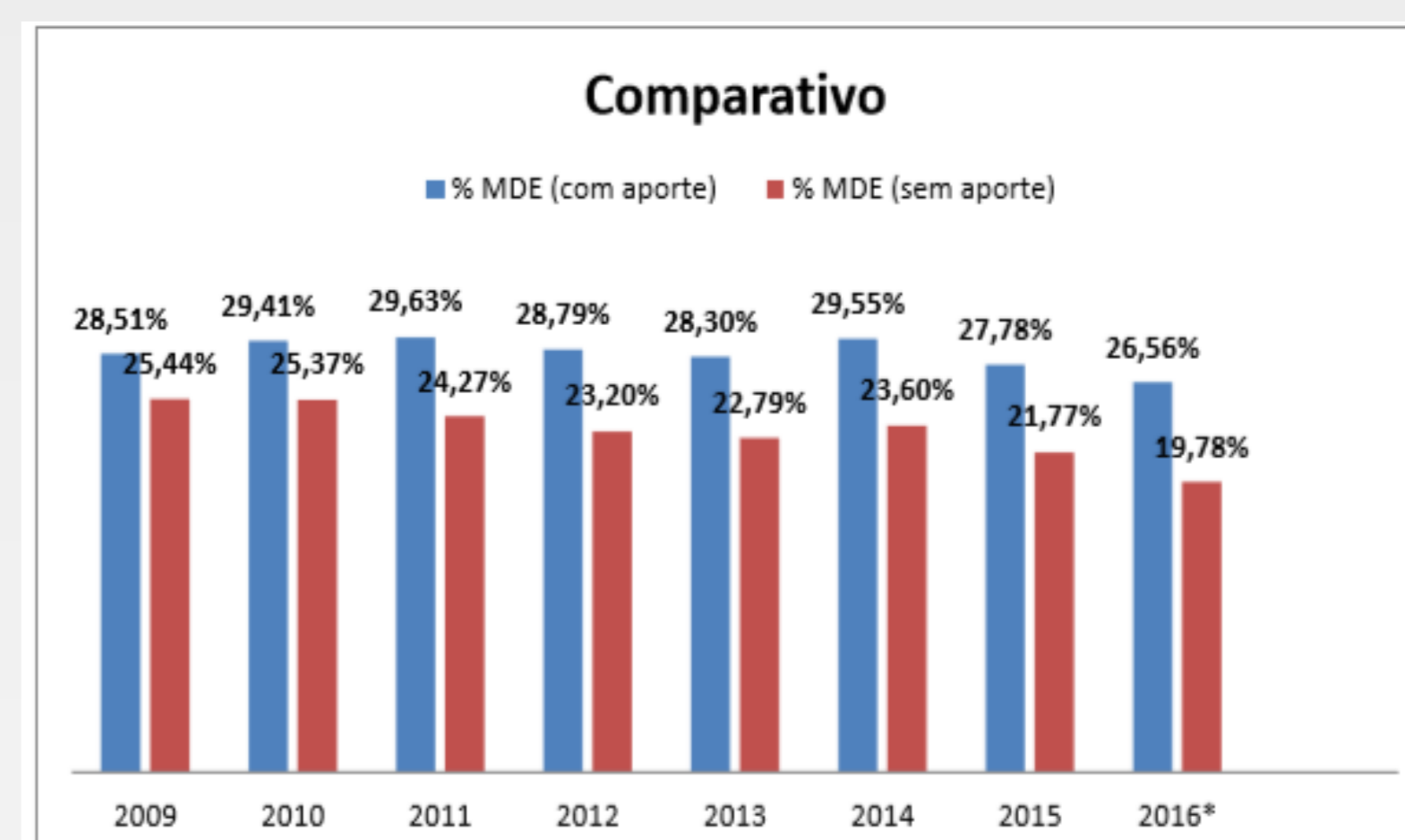
PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Ensino Médio, Escola Viva, Direito à Educação Básica, Crise do Capital.

Introdução

Desde dos anos 1990, as respostas dos governos em relação as crises do capital e seus reflexos no país tem sido a formulação e implementação de reformas nas áreas sociais definidas na constituição de 1988. A atual reforma do ensino médio ocorre num contexto de aprofundamento da crise do capital e tem seu início após o impeachment da presidente Dilma Roussef configurando momento de recuo da democracia e forte hegemonia neoliberal. A referida reforma ganhou materialidade na aprovação da lei Nacional n. 13.415 em 2017, entretanto no Espírito Santo, o governo alinhado com os ataques à democracia e valorização do gerencialismo e da austeridade, essas mudanças já estavam em curso e resultaram na aprovação da Lei Estadual n. 799 em 2015. Ambas reformas se deram em resposta à crise fiscal (Nacional e Estadual) cujas soluções foram incorporar formas de privatização da educação pública. Problematicamos então, a implantação do projeto ‘Escola Viva’, e os interesses envolvidos e suas consequências para o direito à educação básica e profissional no estado do Espírito Santo.

Revisão Teórica

A crise do capital e disputa pelo fundo público fundamentam as reformas neoliberais cujos objetivos muitas vezes inconfessos visam reduzir o direito social e facilitar, em muitos casos, a participação dos setores empresariais na formulação, gestão e oferta da educação. Neste contexto de regressão democrática e de ajuste fiscal, as reformas trabalhista, educacional, previdenciária, aprofundam o abismo social e dualidade escolar. Para Ciavatta (2018) tais mudanças ultrapassam o Ensino Médio, perpassando a vida e a formação dos professores, e os caminhos incertos que são oportunizados para a juventude. Várias manifestações de organizações científicas e docentes se posicionaram contra a reforma com produções que abordam sobre a reforma do Ensino Médio, e que nos ajudam a pensar os limites e equívocos presentes na reforma. Trabalhos de autores vinculados ao pensamento crítico apontam implicações políticas, ideológicas, econômicas e sociais das mudanças curriculares oriundas e decorrentes da Lei n. 13.415/2017 (LIMA e MACIEL (2018); CUNHA (2017); DUARTE e DERISSO (2017); SILVA e SCHEIDE (2017), etc.



Fonte: Site Oficial do deputado Sérgio Majeski

Metodologia

Abordagem crítica de base marxista do projeto educacional do governo do estado do ES. Análise bibliográfica e documental da tramitação da lei n. 799/2015 e de informações presentes em fontes oficiais e da imprensa sobre projetos de lei do executivo estadual, relatórios legislativo local, sites de parlamentares, documentos do conselho estadual de educação, manifestos de instituições, de alunos e professores, notícias de jornais, fontes estatísticas, econômicas e educacionais, entre outros.



Primeira Escola Viva, no bairro São Pedro em Vitória - ES.
Foto: Gazeta Online



Manifestação contra o projeto de lei do Colégio Estadual.
Foto: Ingrid Castilho/G1.

Conclusões e Resultados

- Projeto de governo para a educação elaborado sem a participação da comunidade escolar;
- Restrição na oferta de ensino médio integrado à educação profissional;
- Isolamento do CEE e crítica do CEE ao projeto;
- Tramitação acelerada através do pedido de urgência 015/2015 (7 dias);
- Reação negativa de alunos e professores, manifestações e repressão das ocupações;
- Participação forte do setor empresarial na elaboração e execução projeto educacional do governo (ES em Ação);
- Austeridade e contenção de gastos no financiamento da oferta escolar;
- Desvio de recursos da MDE para pagamento de aposentados (perda de 04 bilhões em 04 anos);
- Aprovação majoritária da Lei (799/2015) (22 votos a favor e 03 contra);
- Implementação da primeira escola viva (Portaria 061-R) em Vitória.

O Projeto ‘Escola Viva’ gerou uma reação negativa da população, principalmente pelo fato de ter sido planejada com praticamente nenhum diálogo com os setores de maior interesse. O projeto de lei 04/2015 (ESPIRITO SANTO) que foi a base da campanha política de Paulo Hartung em 2014, deu ouvidos apenas ao setor empresarial, que ainda tem grande influencia nas decisões sobre a educação pública por meio do ES em ação. Baseado num pensamento crítico de base marxista, o estudo considera que a reforma do ensino médio definida na lei n. 13.415/2017 (BRASIL), em nível nacional, em nível local (Lei n. 799/2015) se constitui em reposta a crise mais ampla do capital com o desequilíbrio fiscal, cujas soluções incorporam formas de privatizar a escola pública.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.415** de 16 de fevereiro de 2017. Publicado no DOU de 17.2.2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5691**. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=341986>>

ESPIRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Espírito Santo. **Lei Complementar nº799/2015**.

ESPIRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Espírito Santo. **Projeto de Lei 04/2015**.

ESPIRITO SANTO. **Portaria 061-R**. 16 de Junho de 2015.